



MUNICÍPIO DE CURITIBA
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
ASSESSORIA DE CONTROLE EXTERNO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO RELATOR
DR. FABIO DE SOUZA CAMARGO
DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Autos nº 200.141/2018

O **MUNICÍPIO DE CURITIBA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede no Palácio 29 de Março, Centro Cívico, nesta Capital, por sua Procuradora abaixo assinada, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar a cópia da decisão proferida pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, uma vez que a Instrução nº 1298/2018-CGM mencionava a pendência de julgamento naquele órgão.

A referida decisão do Governo Federal proveu recurso administrativo do Município de Curitiba nº 14/2019/ COCAP/CGAUC/ SRPPS/ SPREV /SEPRT-ME, **reconhecendo em definitivo a absoluta regularidade do novo regime previdenciário instituído pela Lei Municipal nº 15.042/2017.**

Extrai-se da decisão:

(a) a Lei Municipal n.º 15.042/2017 não fez mais do que erradicar do ordenamento jurídico municipal antinomia legislativa relativa à base de cálculo da contribuição previdenciária patronal, pois, desde 2006, o valor da remuneração dos inativos e pensionistas já havia sido excluída de tal base;



MUNICÍPIO DE CURITIBA
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
ASSESSORIA DE CONTROLE EXTERNO

(b) além disso, a referida Lei Municipal corrigiu o desrespeito histórico ao limite estabelecido pela Lei Geral do RPPS; e

(c) portanto, a Lei Municipal em questão não estabeleceu normas “novas”, limitando-se a disciplinar a repetição do indébito que decorria da violação histórica que se verificava quanto aos repasses da patronal previdenciária (a maior).

Ainda, segundo a decisão, não se poderia exigir superávit atuarial para a devolução de valores indevidamente repassados ao RPPS curitibano, conforme havia sido exigido em decisões anteriores, sobretudo na decisão que foi objeto do recurso do Município de Curitiba.

Concluindo, o Ministério da Economia traz: *“De todo o exposto, conclui-se pelo acatamento da compensação de valores empreendida pelo Ente e, a partir disso, entende por prejudicados os débitos apurados na auditoria que, conforme demonstrado da documentação acostada aos autos, foram devidamente compensados no período. Portanto, considerando que o ente apresentou provas e argumentos suficientes para repelir os fundamentos expostos na auditoria e mantidos integralmente na Decisão precedente, **CONCLUI-SE pela alteração de ‘IRREGULAR’ para ‘REGULAR’** no critério ‘Caráter contributivo (Repasso) - Decisão Administrativa’.”*

Assim, resta claro que o órgão especializado federal para controle e fiscalização dos Regimes Próprios de Previdência Social encerrou qualquer discussão acerca de eventuais irregularidades dos procedimentos realizados pela Municipalidade Curitibana.

Outrossim, registre-se também que no âmbito deste Tribunal de Contas do Estado do Paraná, já foram aprovadas as contas anuais de 2017 e 2018 do IPMC - Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Curitiba (Processos nºs 290892/18 e 199325/19).



MUNICÍPIO DE CURITIBA
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
ASSESSORIA DE CONTROLE EXTERNO

E ainda, quanto ao FMPREV - Fundo Municipal Provisional de Previdência do Município de Curitiba, foram aprovadas as contas do exercício 2017 (Processo nº 291732/18), sendo que as contas do exercício 2018, apesar de ainda não julgadas, contam com parecer pela regularidade da CGM e do MPjTC.

Ante o aduzido, requer o recebimento da presente documentação em complementação ao contraditório já apresentado, bem como a aprovação das contas ora em análise, diante da legalidade dos atos praticados pelo Município de Curitiba.

Nestes termos,
pede deferimento.

Curitiba, 30 de outubro de 2019.

Claudine Camargo
Procuradora do Município
Assessora de Controle Externo
OAB/PR nº 21.294